

Discurso da Teleconferência de Resultados do 2T15 19 de agosto de 2015

Operador:

Bom dia, e obrigado por aguardarem. Sejam bem-vindos à teleconferência da CESP para a discussão dos resultados referentes ao segundo trimestre de 2015.

Estão presentes a Diretoria e assessores da CESP.

Informamos que este evento está sendo gravado e todos os participantes estão conectados apenas como ouvintes. Mais tarde iniciaremos a sessão de perguntas e respostas para analistas e investidores, e logo após, atenderemos às perguntas da imprensa, quando mais instruções serão fornecidas. Caso seja necessária a ajuda de um operador durante a teleconferência, basta teclar “asterisco zero”. Perguntas só poderão ser feitas através do telefone.

Este evento também está sendo transmitido simultaneamente pela Internet, via webcast, podendo ser acessado no endereço ri.cesp.com.br, onde se encontra a respectiva apresentação. A seleção dos slides será controlada pelos senhores.

Gostaríamos de informar que esta teleconferência está sendo simultaneamente traduzida para o inglês, a fim de atender aos investidores estrangeiros da Companhia.

Informamos que os participantes que estão ouvindo o evento em inglês também poderão fazer perguntas durante a sessão de perguntas e respostas. O replay deste evento estará disponível algumas horas após o encerramento.

Antes de prosseguir, gostaríamos de esclarecer que eventuais declarações que possam ser feitas durante esta teleconferência, relativas às perspectivas de negócios da CESP, projeções e metas operacionais e financeiras, constituem-se em crenças e premissas da Diretoria da Companhia, bem como em informações atualmente disponíveis. Considerações futuras não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. Investidores devem compreender que condições econômicas gerais, condições da indústria e outros fatores operacionais podem afetar o desempenho futuro da CESP e podem conduzir a resultados que diferem materialmente daqueles expressos em tais considerações futuras.

Agora gostaríamos de passar a palavra para a Diretoria Executiva da CESP. Senhores podem prosseguir.

Bom dia, sou Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

Obrigado pela participação de todos na teleconferência da CESP sobre os resultados no segundo trimestre de 2015.

Encontram-se à mesa os senhores Mauro Arce, Presidente, Mituo Hirota, Diretor de Geração, e assessores.

Antes de iniciar a apresentação dos slides, quero fazer algumas observações:

Em primeiro lugar, sobre a Usina Três Irmãos

A situação sobre o processo judicial envolvendo esta Usina não apresenta maiores novidades. Apenas recordando, em julho do ano passado a CESP ingressou na Justiça Federal, em Brasília, com Ação de Procedimento Ordinário com Pedido de Tutela Antecipada, pleiteando o recebimento de indenização pelos investimentos realizados e ainda não amortizados, em vista da reversão dos bens e instalações daquela usina. Paralelamente, pleiteou e, em 27 de novembro, o Juiz estabeleceu que a CESP tem direito a receber o valor considerado incontroverso (o que equivale a cerca de R\$ 1 Bilhão e 700 milhões, atualizáveis desde junho de 2012) em parcelas mensais durante sete anos, enquanto discute o montante total de indenização a receber. Decorridos pouco mais de 90 dias, prazo previsto na Portaria para início dos pagamentos, comunicamos o juiz que a União não processou o pagamento devido. O juiz então determinou que a União cumprisse a decisão de imediato, mas essa decisão foi objeto de recurso pela União, que conseguiu a suspensão de seus efeitos. Assim, atualmente, o agravo da União aguarda julgamento pelo Colegiado e os pagamentos mensais ainda não foram iniciados.

Sobre as Usinas Ilha Solteira e Jupia

As concessões dessas Usinas encerraram-se em 7 de julho de 2015.

Anteriormente, em 15 de maio e 24 de junho, o Ministério das Minas e Energia já havia publicado Portarias determinando que o leilão das Usinas Ilha Solteira e Jupia seja realizado em setembro de 2015. Ontem, dia 18, foi divulgada nova Portaria, prevendo a realização do leilão em outubro próximo, com novas formas de seleção do vencedor da licitação. Também ontem foi divulgada nova Medida Provisória, de nº 688. Por serem tão recentes, ainda estamos estudando estes novos documentos.

Em 11 de junho de 2015, o Ministério das Minas e Energia publicou a Portaria 256, designando a Companhia como responsável pela Prestação provisória do Serviço de Geração de Energia Elétrica dessas Usinas, a partir do dia 8 de julho de 2015, até a assunção dos concessionários vencedores da licitação de ambas as usinas.

Vamos começar a apresentação pelo slide 2. Por favor, abram o slide número 2.

Provavelmente, o fato mais relevante que impactou o resultado e as demonstrações financeiras neste segundo trimestre, assim como no primeiro trimestre, é o comportamento do Fator GSF, a sigla em inglês para Generation Scaling Factor.

Como pode ser visto no quadro à esquerda, o GSF de 2015 foi significativamente inferior ao verificado em 2014, que já havia sido baixo.

O reflexo, para a CESP, pode ser verificado no quadro à direita. Nos termos das regras de mercado, a garantia física da CESP foi reduzida em cerca de 555 megawatts médios a cada mês deste segundo trimestre, (coluna de cor preta) tendo portanto a CESP perdido a oportunidade de vender esta quantidade de energia a Preços de Liquidação das Diferenças – PLD. Já havíamos perdido 667 megawatts médios a cada mês do primeiro trimestre. (coluna também de cor preta)

Em abril, quando a Usina Santo Antonio obteve liminar que limitou a aplicação do GSF a 95% de sua garantia física, ficou claro para a CESP que o rateio adicional iria onerar os demais agentes. Assim, em maio, a CESP entrou com ação judicial também com pedido de liminar para limitar o fator GSF, mas o pedido não foi deferido em 1ª instância. Interpusemos recurso, e o mesmo encontra-se aguardando julgamento da Turma do Tribunal.

Em julho, a CESP entrou com medida cautelar para não ser onerada por impactos financeiros decorrentes de decisões judiciais obtidas por outros agentes. Após os trâmites de praxe, a CESP obteve decisão que a desobriga de arcar com rateios decorrentes de ações de GSF de outros agentes, a partir da contabilização de junho de 2015 e meses subsequentes.

Na data de ontem foi publicada a Medida Provisória 688 e a CESP está analisando seus efeitos.

Passemos ao slide número 3.

Nele demonstramos que as **Receitas de Energia** tiveram uma queda de 38,2% no 2T15 contra o 2T14, alcançando **R\$ 890 milhões de reais**.

As vendas no **ACR - Ambiente de Contratação Regulada** – parte cinza do gráfico atingiram **R\$ 231 milhões**, apresentando uma redução de cerca de R\$ 130 milhões em relação ao 2T14, devido ao vencimento de contratos com distribuidoras.

No **ACL - Ambiente de Contratação Livre** – parte vermelha do gráfico – as vendas foram de **R\$ 546 milhões** de reais.

A receita obtida na **CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica** – parcela preta do gráfico – atingiu **R\$ 113 milhões** de reais, redução de 76,8% em

relação ao 2T14, ressaltando que naquele trimestre houve a liquidação na CCEE de R\$171 milhões referentes a períodos anteriores.

A Companhia tinha expressiva quantidade de energia descontratada (cerca de 700 MW médios) que pretendia liquidar na CCEE a preços de PLD. Como pode ser visto na tabela abaixo, a esquerda, a Cesp acabou suprindo o MRE, com 600 GWh à Tarifa de Energia de Otimização, e liquidando 272 GWh no Mercado de Curto Prazo a preços de PLD, invertendo o cenário do 2T14, quando havia liquidado 440 GWh a preços de PLD. O volume foi impactado porque a Companhia arcou com sua parcela do GSF, que atingiu os seguintes índices: abril: 0,825; maio: 0,796; junho: 0,794.

O impacto na receita neste ambiente foi ainda agravado pela decisão da ANEEL que estabeleceu novo teto de R\$ 388,48/MWh para o PLD, praticado a partir de janeiro de 2015. Em 2014 o teto era de R\$822,83/MWh.

Assim, abaixo, à direita, temos as Deduções à Receita, de **RS 143 milhões** de reais, que foram 21,8% inferiores ao 2T14. Desse modo, a Receita Líquida alcançou **R\$ 748 milhões** de reais, incluindo o valor de Outras Receitas.

No slide 4, à esquerda, vemos a quantidade de energia vendida em GigaWatt Hora, por segmento. Foram 5.741 GWh no segundo trimestre de 2015 e 6.755 no 2T14, uma queda de 15,0% nas quantidades totais comercializadas, reflexo da redução da geração hídrica, comandada pelo ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico e também pela deterioração da situação hídrica do país, que afetou o GSF.

Do lado direito podemos ver que o preço médio de venda do MegaWatt Hora caiu 26,1% quando comparamos com o 2T14, atingindo R\$ 155,06, reflexo, principalmente, da contabilização na CCEE, onde o preço médio das vendas no Spot reduziu-se para R\$ 372,45. Já os preços médios dos contratos ficaram em R\$ 159,55, por conta das atualizações dos preços contratuais e do vencimento de contratos antigos com preços mais baixos.

No slide 5 mostramos à esquerda, os níveis médios dos reservatórios do subsistema Sudeste/Centro Oeste. Apesar dos baixos níveis dos reservatórios em comparação com os demais anos, a linha azul claro indica um nível de 37,4% em julho de 2015, o que deve evitar, de acordo com nossa avaliação, a possibilidade de racionamento de energia neste ano.

No gráfico à direita, a linha azul claro mostra a oscilação do PLD no semestre, atingindo R\$ 372,73 no mês de junho de 2015. Para informação o PLD na terceira semana de Agosto foi de R\$ 136,94.

Na parte inferior do slide, podemos ver o PLD médio do trimestre, apurado na CCEE, de R\$ 382,87 no 2T15 e de R\$ 604,05, verificado no 2T14.

Podemos observar, no slide 6, que as Despesas Operacionais reduziram 22,4%, trimestre contra trimestre e somaram **R\$ 396 milhões** de reais.

Do total das despesas, 78,3%, parte vermelha do gráfico, podem ser classificadas como **Não Gerenciáveis** e 21,7% como **Gerenciáveis**.

As despesas **Gerenciáveis**, parte cinza do gráfico, tiveram aumento de pouco mais de 21%. Os itens que mais contribuíram para este aumento, demonstrados ao lado direito do gráfico foram: Despesa de Pessoal com mais 16,3%, refletindo principalmente o custo de desligamento dos empregados da Usina Três Irmãos e também Serviços de Terceiros com mais 29,5% devido ao maior nível de contratação no trimestre, referente a contratações devidamente orçadas porém postergadas do 1º para o 2º trimestre.

Com relação às despesas **Não Gerenciáveis**, houve redução de 29,4% em virtude da menor constituição de Provisões Operacionais relacionadas aos riscos legais.

O slide 7 demonstra que o EBITDA Ajustado atingiu **R\$ 565 milhões** de reais no 2T15, 48,3% inferior ao mesmo período de 2014. A margem no 2T15 ficou em 75,5% contra 86,9% do segundo trimestre de 2014.

O quadro ao lado mostra a composição do EBITDA Ajustado, para melhor entendimento.

No próximo slide, número 8, vemos que o **Resultado Financeiro** no 2T15 ficou em R\$ 51,8 milhões de reais positivos, revertendo a perda registrada no 2T14.

As **Receitas Financeiras** somaram **R\$ 50,2 milhões** de reais, em linha com o 2T14.

O Total das **Despesas Financeiras**, incluindo Encargos de Dívidas e Outras Despesas Financeiras foi de **R\$ 19,7 milhões** de reais no 2T15, 54,4% inferior ao 2T14.

No trimestre, as Variações Monetárias Líquidas resultaram em **R\$ 13,7 milhões** de reais negativos. As Variações Cambiais somaram **R\$ 35,0 milhões** de reais positivos, refletindo a desvalorização de 3,3% do Dólar Americano perante o Real no trimestre.

Para melhor compreensão, do lado direito do slide pode ser visto o comportamento do dólar e as receitas e despesas cambiais nos trimestres.

O slide 9 mostra que a Dívida Financeira em 30 de junho de 2015 era de **R\$ 1 bilhão, 626 milhões** de reais, 41,5% inferior a 31 de dezembro de 2014.

A dívida em moeda estrangeira era de **US\$ 244 milhões** de dólares, representando 46,6% do total da dívida da Companhia. Essa dívida em moeda estrangeira equivalia a **R\$ 757 milhões** de reais.

No canto inferior direito nota-se que as disponibilidades ao final de junho de 2015 somavam **R\$ 1 bilhão, 198 milhões** de reais, resultando em uma Dívida Líquida, naquela data, de **R\$ 427 milhões** de reais.

Podemos, no slide 10, ver o perfil da dívida e seus vencimentos para os anos seguintes.

Em 2015 já foram pagos **R\$ 1 bilhão, 286 milhões** de reais, dos quais R\$ 990 milhões são referentes ao pagamento do Bônus Série 8 das Notas de Médio Prazo, restando **R\$314 milhões** a serem pagos até dezembro de 2015.

A dívida pós-2015 é basicamente constituída pelo FIDC IV, com vencimentos mensais até 2017, e pelo compromisso com o BNDES, em moeda estrangeira, pagável bimestralmente até 2019.

No próximo slide, slide 11, pode-se verificar que, partindo da posição do 1T15 – **R\$ 2 bilhões, 695 milhões** de reais, temos **R\$ 124 milhões** de reais de atualização monetária e juros; reversão líquida de provisões de **R\$ 61 milhões** de reais, decorrente da reclassificação de ações judiciais pelos nossos advogados; e **pagamentos de R\$ 12 milhões** com as ações judiciais. Em 31 de março de 2015 o saldo era de **R\$ 2 bilhões, 745 milhões** de reais, uma variação de 1,9%.

Desta forma, concluímos nossa apresentação. Agradecemos a participação de todos e abrimos a reunião para a seção de perguntas e respostas.

=====

Operador: Senhoras e senhores, iniciaremos agora a sessão de perguntas e respostas. Para fazer uma pergunta, por favor, digitem “asterisco 1” (*1). Para retirar a sua pergunta da lista, digite a tecla “sustenido” (#). Ao final das perguntas feitas por analistas, teremos um período para perguntas da imprensa. Lembrando que para fazer perguntas basta digitar “asterisco 1” (*1). Por favor, aguardem enquanto coletamos as perguntas. Nossa primeira pergunta vem do senhor Marcos Severini, do JP Morgan. Por favor, senhor Marcos, o senhor pode prosseguir.

Marcos Severini, JP Morgan: Obrigado Almir. Bom dia Almir, tudo bem? Obrigado aí pela oportunidade. Eu tenho duas perguntas, provavelmente você vai ter alguma dificuldade para responder alguma delas em função da falta de detalhes da MP publicada ontem. Eu queria que você falasse um pouquinho sobre a Portaria que saiu, que altera no meu entender, de forma positiva, as regras para o leilão das usinas com concessões vincendas. Isso impacta para vocês diretamente em Ilha Solteira e Jupia. Na Portaria o governo dá a possibilidade para as empresas comercializarem uma parte dessa energia no mercado livre através do pagamento de um consórcio em si, alguma coisa nessa linha. Eu queria saber o seguinte, se isso altera de alguma forma, se você tem, acabou, se você tem uma visão positiva em relação a essa operação, e nesse sentido isso daí poderia alterar a tua decisão, aumentar ainda mais a tua, o teu interesse em manter esses ativos. Ainda dentro disso, quer dizer, isso ocorrendo muito provavelmente eu devo ter mais energia sendo destinada para o mercado livre, antes essa energia ficaria, seria aproximado o corte e ficaria apenas no mercado regulado. Como você acha que isso pode impactar a formação de preço no mercado livre, com esse aumento de oferta, se isso daí você esperaria alguma redução na curva de longo prazo. E a minha última questão, se, está atrelada a MP que saiu ontem, a gente viu

alguns números sendo mencionados, a ANEEL sinalizou R\$6,90 reais como aquele prêmio a ser pago pelo gerador, depois o ministro mais adiante mencionou R\$13 reais. Enfim, hoje, das informações que nós dispomos, e também levando em consideração a liminar que você tem, o que você acha que seria mais interessante? Quer dizer, hoje? Ficar com a liminar, aceitar essa proposta, e que nível de preço você entende que seria adequado para vocês, seria algo entre, sei lá, talvez o número da ANEEL, o piso de R\$7 reais, alguma coisa entre R\$10 reais, enfim, o que você acha que seria o mais adequado? E a última pergunta é o entendimento que eu tenho dessa MP, eu não sei se vocês discutiram sobre isso ou não, mas em 2015, Ilha Solteira e Jupiá você tem um GSF no primeiro semestre, só que a tua concessão já expirou. Então você... E ela entrou nessa, será levada agora em outubro, quer dizer, teoricamente você não teria como estender essa concessão, e conseqüentemente o pagamento do prêmio sobre esse ativo não ocorreria. Então a impressão que eu fico é que se teria um benefício de custo, você vai recuperar o GSF do primeiro semestre, pagaria ainda um prêmio ao longo do primeiro semestre, mas não paga mais. Então parece que nessa situação específica pode ser bem vantajoso para a CESP. Obrigado, e desculpe por eu me alongar muito na questão.

Mauro Arce: Vamos por partes. É Mauro Arce que está falando. Em primeiro lugar dizer que a gente recebeu essas, a Medida Provisória e a Portaria, em que trata especificamente do risco hidrológico e das concessões, de geradoras, ontem, como todos, estamos analisando, existem várias dúvidas, e algumas você já colocou, tanto numa quanto na outra. Eu acho que isso está acontecendo de um modo geral. Eu só queria concordar com você de que o fato de ter havido uma mudança permitindo um leilão, você vê, um leilão antes, permitindo que uma parte da energia vá para o mercado regulado, como estava previsto todo, 100% seria mercado regulado, e agora você tem essa possibilidade de 30%, e esses 30% vai depender dos mecanismos do leilão. Parece que amanhã sai uma nota técnica da ANEEL, e aí talvez a gente tenha um esclarecimento melhor. Mas eu acho que isso é um fato positivo, dividir um pouco o que vai acontecer com o mercado aí, eu não gostaria de adiantar porque até nem sei o que vai acontecer. Se tem uma maior quantidade de energia para o mercado livre, o lógico seria que houvesse uma redução no preço. Mas com relação às outras questões o Almir vai responder.

Almir: Essa foi boa Severini, você me fez uma série de perguntas aqui que eu não tenho resposta, está certo? O que a gente sabe do ponto de vista do GSF é que vai ser aberta uma audiência pública por 20 dias, e a gente espera clarear essas dúvidas nesse período. Da mesma maneira, na parte do que diz respeito ao leilão das usinas, há informações relevantes não divulgadas ainda, como, por exemplo, este valor da outorga vai ser fixado para cada usina, a forma de pagamento. Então é muito precoce para nós podermos avançar nesse assunto. De fato, nós vamos ainda nos debruçar por ele mais um bom tempo, tudo bem?

Mauro Arce: Tem uma pergunta que ele fez aí com relação, voltando aqui, você falou sobre, que nós obtivemos a liminar. A nossa liminar ele difere um pouco, talvez eu tenha outros agentes que tenham tido o mesmo... O nosso questionamento, o que nós obtivemos a liminar, é para que a gente não pague a parcela que o outro deixou de pagar, entendeu? Então a nossa liminar até agora, e tem outra ação correndo lá, mas essa liminar em particular, só nos dirimiu de ter que participar de um rateio, aliás, se alguém ficar sozinho vai pagar a conta toda, o que é uma coisa meio estranha. Então foi sobre isso que essa liminar que está em vigor nos garantiu, para a gente não participar de um rateio por conta de outros terem conseguido liminares para não pagar nada.

Marcos Severini, JP Morgan: Perfeito pessoal. Bom, o resto está, mais nada para a gente a não ser aguardar as cenas dos próximos capítulos aí dessa, mais uma novela do setor. obrigado.

Operador: Nossa próxima pergunta vem da senhora Liliane Yang, do UBS.

Liliane Yang, UBS: Oi, duas perguntas, eu não vou fazer nenhuma da MP, porque não vai ter resposta, a gente também tem muitas dúvidas. Mas sobre a Três Irmãos, qual foi o custo de demissão em si de Três Irmãos? E sobre a liminar contra o GSF, só para esclarecer, vocês não têm nenhuma que limite o seu risco hidrológico para 0 ou 5% como é o caso das liminares da Pine e Abradee, correto? Obrigada.

Almir: Oi Liliane, é Almir. A despesa com pessoal está citada aí como principalmente a desligamentos. Nós desligamos em Três Irmãos 14 pessoas, e desligamos mais, acho que é um total de 26 pessoas nesse trimestre. E além dessa parte de desligamentos nós tivemos, com o próprio acordo coletivo do ano passado, que afeta o valor de despesas, tivemos um pagamento de PLR, participação nos resultados, esse ano superior ao do ano passado, tivemos um maior custo com assistência médica, por conta justamente dessas pessoas que estão aderindo aos programas de desligamento aqui, tem que usufruir do sistema para poder fazer os cuidados de última hora antes de serem desligados. Eu não tenho, deixa eu ver se eu tenho aqui um valor específico aqui. Cerca de uns R\$4 milhões de reais em assistência médica, e cerca de uns R\$2 milhões e meio nas indenizações, ok?

Mauro Arce: Só acrescentar que tanto no caso do pessoal como do serviço de terceiros existe um efeito, o Almir explicou alguns efeitos aí deles, mas o efeito inflação, à medida que a inflação aumenta, inevitavelmente esse aumento é incorporado tanto no serviço de terceiro quanto no de pessoal.

Liliane Yang, UBS: OK, obrigada. E sobre a liminar?

Mauro Arce: A nossa liminar, você entendeu corretamente. Não ganhamos nada contra o GSF, mas só o fato de nós estarmos sendo contabilizados para pagar conta de terceiros. Terceiros, quartos... Então a liminar nos garante não participar de um rateio, e pagar a parcela daqueles que conseguiram outros tipos de liminar e que não pagaram nada.

Liliane Yang, UBS: Está ok, obrigada.

Operador: Nossa próxima pergunta vem do senhor Gabriel Brilhante, do BV.

Gabriel Brilhante, BV: Bom dia a todos, Almir, eu queria primeiro, voltando na MP, na parte aqui de algum tipo de preferência para o atual operador. No nosso entendimento, a gente estava lendo, não tem nenhum tipo de preferência para esse operador. Vocês compartilham desse entendimento, acham que tem espaço para de repente alguma alteração quanto a isso? E só como continuidade, lá na parte dos custos aí com o plano de demissão, o que vocês estão projetando de redução do quadro de funcionários para o segundo semestre, e também o custo disso daí?

Almir: Bom, Gabriel, sobre uma possível preferência, não há registro até o momento, mas você tem que considerar que para cada usina dessa, ou lote de usina que será licitado ainda está para ser montado um edital específico para a operação de cada uma delas. Então acredito que você poderá ter informações mais precisas quando os editais estiverem prontos. Provavelmente um mês antes da licitação os editais estarão divulgados. Não tenho nenhuma informação sobre preferências, mas podemos dizer assim, se houver empate haverá algum tipo de preferência para o operador? Não sei, só resolvendo nas normas do edital. E quanto ao nosso quadro de pessoal, nós estamos mais uma vez com um programa de desligamento, basicamente por aposentadoria, um programa que está aberto para adesão até o final deste mês. Nós temos aí cerca de 200 pessoas que podem preencher os requisitos para esse programa de desligamento. A adesão vai depender da decisão de cada um, mas, vamos dizer, esses 50% de adesão. Independentemente do programa de desligamento, nós temos um planejamento a respeito do nosso quadro, dependendo de como a gente participe do leilão de Ilha Solteira e Jupuíá, caso a gente permaneça a operando Ilha Solteira e Jupuíá. Então isso tudo só vai se desenvolver no final do ano, ok?

Gabriel Brilhante, BV: Ok, obrigado.

Mauro Arce: Só citando, não é, que essa Medida Provisória, que ainda está estudando e tentando esclarecimento, é que ela tem uma diferença, não é só operar e manter Ilha Solteira e Jupuíá, mas você também teria uma energia que você com isso muda um

pouco de figura, a situação até do quadro, do que a gente vinha pensando em relação a participar, e de que forma nós participaremos desse leilão, se fosse o leilão de setembro, que era só para operar e manter. Então existe uma diferença que a gente tem que analisar à luz não só da Medida Provisória e da Portaria que saiu, mas do que vem por aí para a gente, que espero que esclareça melhor e a gente possa ter um quadro mais claro em relação até o número de empregados necessário, coisas desse tipo.

Gabriel Brilhante, BV: Ok, obrigado.

Operador: Nossa próxima pergunta vem do senhor Bruno Pascon, do Goldman Sachs.

Bruno Pascon, Goldman Sachs: Bom dia a todos, obrigado pelo call. Eu queria fazer um follow-up na pergunta do Severini, com relação a Ilha Solteira e Jupia, mas na verdade à luz da MP 677, ou seja, que criou regras exclusivas para a Chesf, de renovação dos contratos. Qual que é o ponto? Se a gente olhar Ilha Solteira e Jupia e fizer uma conta do valor residual não depreciado por turbina, e na depreciação correta, a gente chegaria a pelo menos algo por volta de R\$3 bilhões de reais de valor residual bruto, versus o valor oferecido pelo governo, à época, de R\$21.9 milhões de reais. Então tem um cenário de uma busca, por exemplo, do valor residual correto. E tem um outro cenário, que eu acho que o precedente foi criado com a MP 677, e a CESP pediu o mesmo tratamento, ou outras geradoras como CEMIG e COPEL, partindo do pressuposto que também tem consumidores eletrointensivos, e fazendo uma conta, uma análise que nós fizemos, seria bastante relevante para a companhia, poderia adicionar aí um valor por volta de R\$16 reais por ação, no cenário do mesmo tratamento. E por fim tem agora a MP 688, com a possibilidade de participar nesse leilão e vender energia no mercado livre, mas também por outro lado se a gente fizesse o valor proporcional da outorga, dado que as usinas da CESP correspondem a 83% do leilão, teria que ter um pagamento a fonte de R\$14 bilhões de reais, que está longe de ser irrisório, ou seja, poderia levar aí eventualmente a formação de um consórcio único. Enfim, eu acho que tem algumas alternativas na mesa, então eu só queria entender, do ponto de vista legal e da estratégia da companhia, se todo esse cenário muda um pouco a estratégia com relação a essa duas usinas, principalmente com relação a negociação com o governo federal, e do ponto de vista legal, inclusive, e qual que seria, ou seja, os próximos passos da companhia, se eventualmente poderia até pedir uma liminar para evitar a inclusão das usinas nesse leilão, ou seja, para que tivesse uma clareza melhor das alternativas hoje vigentes para a companhia com relação a Ilha Solteira e Jupia.

Mauro Arce: Vou responder a última parte, que a nossa posição é de ter um pouco de calma para analisar esse material, entrar com material complementar que está sendo preparado, antes de falar qualquer coisa em relação a como essas medidas afetam a CESP. Então nós estamos exatamente nessa linha. Com relação ao problema do eletrointensivo, que tem aquela Medida Provisória que está tramitando, ela está em

vigor por dois meses, e está tramitando no Congresso, foi pedido inclusive pela nossa Secretaria de Energia que houvesse alguma coisa semelhante aqui, semelhante ou igual aqui no sudeste, incluindo São Paulo, Minas, e todos os estados, que nós temos vários consumidores eletrointensivos, que evidentemente se tiver alguém que vai ser privilegiado, ele vai manter o emprego lá e vai começar o desemprego aqui. Então aquilo está sendo discutido no Congresso Nacional. Vendo que, e sabendo assim a grosso modo, é que deve ser escalado uma usina aqui do sudeste para atender isso. Vamos ver como é que essa coisa evolui lá no Congresso Nacional.

Bruno Pascon, Goldman Sachs: Está ótimo então, obrigado.

Operador: Nossa próxima pergunta vem do senhor André Resende, do Alvento Capital Partners.

André Resende, Alvento Capital Partners: Boa tarde a todos, obrigado aí pelo call. Bom, nós vimos muitos detalhes da MP, então eu vou tentar fazer uma pergunta simples, voltando ainda no assunto do GSF. Ilha Solteira e Jupuí tiveram perdas no GSF, mas as concessões caíram agora no meio do ano, e a MP fala justamente em extensão do prazo de concessão como forma de compensação. Vocês acreditam que a CESP vai ter direito a essa compensação, como poderia ser feito? E esse caso particular da CESP foi conversado com a ANEEL e o Ministério? Obrigado.

Mauro Arce: Esse é o ponto que eu, no lado do GSF me chamou a atenção, porque realmente o que foi contabilizado até 7 de julho tem uma participação muito grande das duas usinas, e você citou Jupuí e Ilha Solteira, mais de 70% da nossa energia está concentrada lá. E esse item me chamou a atenção, eu gostaria que fosse verdade, mas aí ela não poderia participar do leilão, ela devia ter uma inspeção a partir de agora, não no final. Porque o final só se a gente ganhar no leilão. Então isso é uma das dúvidas que ficou. Seria bom se for verdade, dessa forma como eu e você entendemos, que deveria ter uma prorrogação por conta desse artigo, eu não sei se é um artigo, mas é um ponto da Medida Provisória que foca isso.

André Resende, Alvento Capital Partners: Ok, vamos esperar então os detalhes da MP. Obrigado.

Operador: Nossa próxima pergunta vem do senhor Felipe Leal, do Bank of America.

Felipe Leal, Bank of America: Bom dia a todos, na verdade aqui é Felipe Leal. Duas perguntas. Primeiro, vocês teriam uma ideia da magnitude de quanto foi o custo de GSF que vocês incorreram agora no primeiro semestre, tanto mercado regulado, ACR e mercado livre, ACL? Tem uma noção do quanto seria talvez o potencial de

recuperação, pelo menos, do que foi incorrido até agora via a MP? Em segundo, ainda nessa questão da Ilha Solteira, Jupia, o GSF do primeiro trimestre, e a concessão acabar, você acha que existe a possibilidade, digamos, ativo o regulatório ser recuperado através da extensão da concessão de Porto Primavera, se isso seria uma alternativa. Obrigado.

Almir: Felipe, bom dia, é o Almir. O nosso balanço do ano passado nós fizemos constar do nosso relatório da administração uma conta hipotética, caso tivéssemos vendido aquela energia que foi absorvida pelo GSF, caso tivéssemos tido a possibilidade de vender aquela energia aos preços de PLD, em 2014, isso representou para nós cerca de R\$1 bilhão de reais, isso está lá no nosso relatório. Para este ano de 2015, já fazendo esse mesmo exercício, é uma coisa hipotética, a energia que você teve que ceder ao GSF multiplicada pelos preços de PLD já equivalem no primeiro semestre a esse mesmo R\$1 bilhão de reais.

Felipe Leal, Bank of America: Mas esse valor, desculpe interromper, contempla o que você teria ganho na energia descontratada se não tivesse GSF, é isso?

Almir: Perfeito.

Felipe Leal, Bank of America: Mas a minha dúvida é a seguinte, só se você teria uma ideia do custo que se teve de GSF só na parte contratada dessa energia, ou seja, o fato de ter o GSF, se você tivesse que comprar energia para honrar esses contratos no ACR e ACL, quanto teria sido o seu custo?

Almir: Não, nós fizemos só essa conta da possibilidade de venda que eu teria e que tivemos que incorrer. Mas como não há ainda clareza em relação à Medida Provisória, e considerando que a Usina de Ilha Solteira e Jupia tiveram vencimentos das suas concessões no último dia 7 de julho, a extensão dos prazos poderiam se dar em qualquer uma das usinas que nós temos. O ideal talvez fosse Porto Primavera, mas isso é algo que ainda não está claro para nós, vamos ter que participar da audiência pública.

Felipe Leal, Bank of America: Está certo, obrigado.

Operador: Lembrando que para fazer perguntas basta digitar “asterisco 1” (*1). Senhoras e senhores, abriremos agora a sessão de perguntas e respostas para a imprensa. Para fazer uma pergunta, por favor, digitem “asterisco 1” (*1). Para retirar a sua pergunta da lista, digite a tecla “sustenido” (#). Por favor, aguardem enquanto coletamos as perguntas. Nossa primeira pergunta vem do senhor Vagner Freire, do Canal Energia.

Vagner Freire, Canal Energia: Olá, bom dia a todos, obrigado pela oportunidade da pergunta. Almir e Arce, me tirem uma dúvida, me chama muito a atenção o fato de vocês não terem conhecimento profundo das Medidas Provisórias, uma vez que o governo disse que as conclusões que chegaram para a solução do GSF foi amplamente discutida, teve participação dos agentes, das associações, da ANEEL. De alguma forma surpreendeu a forma como essa solução para o GSF surgiu, para vocês?

Almir: Na realidade o presidente falou da garantia. Ele falava assim: “olha, hoje é 5, vai passar para 10. Então não, vamos fazer um 6, 7... Na realidade houve uma interação com as associações, e então com as empresas isoladamente. Nas reuniões com as associações é que houve, e o que foi passado para nós, de alguma forma, e ainda é uma primeira impressão, é de que foi discutido lá é diferente daquilo que está colocado, até pelos números aqui, esse 12% ao invés de um número entre 7 e 10.

Vagner Freire, Canal Energia: Ok, obrigado.

Almir: Vagner, trata-se de uma proposta da ANEEL, ela pode ter ouvido as associações, mas a decisão é ANEEL, é uma proposta colocada na mesa pela ANEEL.

Vagner Freire, Canal Energia: Entendi, obrigado.

Operador: Nossa próxima pergunta vem do senhor André Magnabosco, da Agência Estado.

André Magnabosco, Agência Estado: Bom dia a todos. Eu tenho duas perguntas. Primeiro, Arce, Almir, se vocês puderem falar sobre esse conceito de ter uma usina na região sudeste para atender as empresas eletrointensivas, quer dizer, se você puder explicar um pouquinho se isso estaria vinculado a algum ativo da CESP, se isso é só um modelo, e ainda não se sabe como é que poderia vir isso no futuro, ou até nesse processo da MP 688, essa é a primeira pergunta. E a segunda é sobre aquela proposta da CESP de concentrar o crescimento dela em participações minoritárias em SPEs. Estaria correto dizer que diante da MP 688 agora vocês precisam analisar se o caminho natural seria esse caminho via participações minoritárias? Muda muito a figura do que vocês imaginam para frente com essa MP?

Mauro Arce: Bom, primeiro com relação a quem vai ser o Sobradinho do sudeste/centro oeste, Sobradinho é a usina da Chesf, e, portanto, ligada diretamente ao governo e está na Medida Provisória já o nome da empresa. Então nós não fomos consultados em nenhuma das duas usinas que terminaram a concessão e nós não fomos consultados sobre isso. Imagino que se há alguma coisa semelhante deve sair de

alguma usina sob o controle de uma empresa do Grupo Eletrobrás, imagino, que ainda não tenha vencido a concessão.

André Magnabosco, Agência Estado: Isso, esse modelo aí de atendimento a essas intensivas hoje para vocês já é uma coisa dada, quer dizer, o que vocês têm de informação vindo de Brasília é que isso já está mais ou menos avançado? Porque a gente ainda tinha uma informação de solicitação dos governos estaduais, não só para São Paulo, mas Paraná, quer dizer, o entendimento que você passou é que isso já está um pouco mais maduro, é isso?

Mauro Arce: Olha só, a Medida Provisória ela está em vigor e está sendo debatida no Congresso, poderá haver modificações, não é. Existiam Emendas nessa direção, várias Emendas, falando porque só lá e não aqui, que o problema de desemprego, etc acontece em qualquer lugar, e principalmente se você baixar o valor da tarifa numa determinada área você vai, evidentemente, fazer uma migração para onde foi baixado, reduzido o preço da tarifa. Então é isso aí, nós estamos aguardando, eu acho que isso saindo, deve sair, dentro dessa Medida Provisória, o momento que ela for transformada em lei, não é. O que tem acontecido aqui conosco é que os eletrointensivos que tem contrato terminando com a CESP, nós não temos energia disponível para fornecer. Aí não é questão nem de preço, saber quanto eles nos pagariam, mas nós não temos energia por conta do teto da concessão de Jupia e Ilha Solteira.

Sobre a Participação minoritária, quer dizer, na realidade nós estamos trabalhando já em alguns modelos de sociedade de propósito específico, minoritariamente, mas ainda não nesse tipo de, nós não tínhamos decidido se, por exemplo, se fosse o leilão de setembro, se a gente ia participar diretamente pela CESP ou se nós iríamos criar uma sociedade de propósito específico em que nós fôssemos minoritários, ou até saber, olha, nessas condições eu não vou participar. Mas nós estamos trabalhando em uma sociedade de propósito específico, e até para ganhar experiência, em projetos menores do que esse que envolve uma quantidade enorme de energia.

André Magnabosco, Agência Estado: Então o modelo de SPE é para projetos menores mesmo, a proposta não muda por conta da MP de ontem?

Mauro Arce: É, estamos ainda procurando, evidentemente, como a intenção é de participação minoritária, estamos procurando parceiros, em alguns casos. Esse assunto tem sido tratado e divulgado pela Secretaria de Energia e pelo secretário Meirelles.

André Magnabosco, Agência Estado: Está ok, obrigado.

Operador: Nossa próxima pergunta vem do senhor Luciano Costa, da Thomson Reuters.

Luciano Costa, Thomson Reuters: Oi, bom dia, obrigado aí pela oportunidade do call. A minha pergunta também é relacionada aí ao leilão das usinas existentes, eu fiz uma conta aqui bem de padeiro. Os R\$17 bilhões que o governo estima que poderia arrecadar ali daria algo como R\$2,8 bilhões a cada 1.000 MW. Parece um número bastante alto, não é? A CESP poderia participar com um bônus nesse tamanho? Também eu queria ver o que vocês acham dessa expectativa de arrecadação do governo, e se nesse cenário vocês poderiam, como foi comentado um pouco aí agora a pouco, de buscar parceiros para esse leilão, para fazer frente, de repente, a esse aporte do bônus. Obrigado.

Mauro Arce: Os R\$17 bilhões ainda é um, vamos dizer assim, quase um chute, espero que não seja esse o valor. Evidentemente se fosse esse valor, caberia às duas usinas da CESP uma outorga, uma bonificação muito alta, e evidentemente, se isso ocorresse, espero que não ocorra, que não seja tão alto assim o valor solicitado para esse leilão, e aí a gente tem que aguardar realmente o edital. E no caso específico, já começa uma divisão: olha, é um pacote único Jupuí e Ilha Solteira? Pode ser dividido em dois? Então é tudo muito precoce para a gente ter, tanto o valor e R\$17 bilhões quando a forma de fazer esse leilão. Vamos aguardar um pouco mais. Evidentemente existe uma clara intenção de que se a gente pudesse preservar esses dois ativos, afinal eles foram construídos aí com recursos, no início, em Jupuí e Ilha Solteira, em particular, do ICMS do Estado de São Paulo.

Luciano Costa, Thomson Reuters: Está certo, obrigado.

Operador: Nossa próxima pergunta vem da senhora Natália Viri, do Valor Econômico.

Natalia Viri, Valor Econômico: Oi, bom dia Almir, bom dia Arce. Eu fiquei com uma dúvida em relação ao que vocês falaram da receita potencial que vocês não tiveram aí com o GSF, que seria de R\$1 bi. Pelo que eu entendi da MP, e até pelas declarações do ministro, o que seria reembolsado seria a parte das despesas com energia contratada. Vocês têm alguma sinalização se esse R\$1 bi vai ser, pode entrar aí no bolo da conta? E uma segunda pergunta é em relação a energia secundária. A MP prevê aí que a energia secundária gerada mais para frente também seja passada para o consumidor. Vocês acham que isso é um fator a desestimular a adesão aí, isso preocupa vocês? A própria ANEEL sinalizou isso como uma preocupação, como é que vocês estão vendo isso? Obrigada.

Almir: Bom Natalia, do ponto de vista de custos eu já havia informado a você que a gente, na realidade, tinha energia disponível. Talvez não fosse essa a realidade de

outras geradoras. As geradoras estavam totalmente vendidas, não tinham esse colchão que nós tínhamos, seja pela perda da oportunidade de vender, ou seja por incorrer em custos, o efeito é o mesmo. Acho que para a companhia o efeito é o mesmo. Essa é a nossa visão. Do ponto de vista da proposta, se você aderir... Porque a adesão é opcional, não sei se você viu lá que para você aderir a esse novo modelo de GSF é uma questão de opção. Se você optar por aderir, de fato você transfere aquela parcela da energia, você transfere o ônus e o bônus. Você deixa de incorrer no risco, mas também não se beneficia, caso no futuro tenha alguma energia secundária a vender. É equilibrada a proposta.

Natalia Viri, Valor Econômico: Mas isso é uma coisa que vocês acham, isso é uma coisa que preocupa vocês? Vocês queriam poder contar com a possibilidade dessa energia lá na frente? Como é que vocês estão vendo essa parte da energia secundária?

Almir: São formas de enxergar. Por exemplo, qual é a sua disposição para incorrer nos riscos? Se a decisão for: vamos pelo caminho mais seguro e não correr riscos, tem que abrir mão da secundária. E a secundária do passado não pode ser vista como a secundária do futuro. O que eu quero dizer é o seguinte, no passado a CESP produziu energia secundária, e dentro de um ambiente de mercado diferente do que será a realidade de mercado daqui para frente, e das disponibilidades de usinas e reservatórios que nós vamos ter no futuro. Então a existência de energia secundária no passado não garante que você terá energia secundária no futuro, depende agora desse novo contexto de ambientes de usinas e de mercado consumidor.

Natalia Viri, Valor Econômico: Entendi. Deixa só eu voltar um pouquinho na primeira pergunta, eu entendo que aí para vocês está claro que na visão de vocês tanto faz que a oportunidade de vender ou o custo, o que vocês incorreram aí, mas você acha que isso está claro na Medida Provisória, você acha que a perda desse R\$1 bi é a oportunidade de vender que vocês tiveram seria reembolsado, ou isso ainda não está claro para vocês?

Almir: Não, não está claro, e o mais relevante para nós, há muitas incertezas que nós esperamos clarear na Nota Técnica que a ANEEL soltará provavelmente amanhã, e no decorrer da audiência pública, nesses 20 dias de audiência pública que nós vamos ter.

Natalia Viri, Valor Econômico: Está legal então, obrigada.

=====

Operador: Lembramos que para fazer perguntas basta digitar “asterisco 1” (*1). Encerramos nesse momento a sessão de perguntas e respostas. Gostaria de passar a palavra à CESP para as considerações finais.

Almir: Agradecemos a participação de todos.

Nossas demonstrações financeiras e o nosso release de resultados estão disponíveis no nosso website de Relações com Investidores no endereço (ri.cesp.com.br) e a nossa equipe de RI está à sua disposição pelos meios de contato que estão no final da apresentação. Muito obrigado a todos.

Operador: A teleconferência da CESP está encerrada. Gostaríamos de agradecer a participação de todos. Tenham um bom dia.